

Os Advogados, a advocacia.

Papel essencial na afirmação e consolidação do Estado de Direito

A Advocacia (os advogados) tem um papel essencial na afirmação e consolidação do Estado de Direito.

É atribuição da Advocacia (da O.A.) “defender o Estado de Direito e os direitos e garantias individuais e colaborar na administração da Justiça“ (artº 3º 1/a do E.O.A), constituindo um dever do advogado a defesa do Estado de Direito, desde logo como garante da informação, consulta jurídica e do patrocínio judiciário constitucionalmente consagrados como direito fundamental do acesso ao direito e aos tribunais (artº 20º da CRP).

Afirmação e consolidação do Estado de Direito que exige reformas e medidas que não visem assegurar, apenas, procedimentos judiciais céleres e prioritários mas assegurem, efectivamente, os reais interesses e direitos dos cidadãos respeitando os que nela trabalham, especialmente os Advogados.

Uma advocacia forte e prestigiada é condição do êxito e consolidação de qualquer Reforma da Justiça mas é, sobretudo, essencial **na afirmação e consolidação do Estado de Direito.**

Com o novo regime de Apoio Judiciário (especialmente por efeito das alterações introduzidas na Assembleia da República – em Dezembro de 2000 e em 2003 – por legisladores que não dominam o sistema e a vida) andou-se para trás e comprometeu-se o acesso dos mais carenciados à Justiça.

O resultado que hoje constatamos, no dia a dia dos nossos escritórios, é a obstaculização aos mais carenciados do recurso aos Tribunais, é – com o actual sistema de Apoio Judiciário – ter-se dificultado ou impedido o acesso dos mais carenciados à Justiça.

A informatização em curso na área da justiça – necessária e essencial à reforma da justiça e ao Estado de Direito - na forma acelerada e pouco sensata como tem sido implementada, em que critérios e fins economicistas de curto prazo justificam os meios..., ultrapassou os limites da razoabilidade e sensatez.

A par de múltiplas medidas de informatização, puramente demagógicas (umas) e levianamente implementadas (outras), estabeleceram-se várias que aliviaram fortemente a

máquina judicial (actos de secretaria) e os cofres do Ministério da Justiça à custa da advocacia (notificação obrigatória entre mandatários, autoliquidação da taxa de justiça, etc...).

Resultado visível de tais reformas uma poupança económica do Estado (Ministério da Justiça) que atinge verbas da ordem de muitos milhões de euros e o agravamento dos custos dos nossos escritórios, o encarecimento exponencial da Justiça, a desconfiança gradual nos esquemas informáticos aplicados sem adequada e ponderada preparação.

No cerne, e mais preocupante, a diminuição das garantias dos cidadãos.

A confiança do cidadão no sistema de Justiça é essencial como afirmação e consolidação do Estado de Direito.

A Advocacia portuguesa está bem consciente desta encruzilhada.

Não é de hoje nem de ontem que a Ordem dos Advogados tem colocado como uma das suas principais prioridades que a Justiça passe a funcionar.

Não podem os Advogados apetrechar-se e modernizar-se e ver encarecer todos os custos da sua actividade, nem podem os Tribunais continuar a funcionar com tiques autoritários e irresponsabilizantes apesar da democratização dos meios de informação e comunicação.

Aceleração processual, informatização da máquina judiciária, redução das despesas e maior disponibilidade de meios humanos, mas não à custa dos advogados e dos cidadãos.

A Advocacia portuguesa, intransigente defensora dos direitos dos mais carenciados no Acesso à Justiça e ao Direito – que ao longo de décadas se veio efectivando à custa dos próprios advogados que prestavam os seu serviços gratuitamente ou em regime de nomeação oficiosa tendencialmente gratuito – denunciou e vai continuar a denunciar o que considera atentatório dos princípios que informam um Estado de Direito e se encontram constitucionalmente consagrados.

Não pode deixar de se assinalar o esforço feito pela Advocacia Portuguesa no sentido da adaptação às novas tecnologias. Só que, se esse esforço de apetrechamento tecnológico

potenciou e optimizou a organização, a formação, a informação, a comunicação, tal melhoria tem que ter contrapartidas.

Como refere Figueiredo Dias (Direito Processual Penal I) o advogado exerce “ *uma função pública* de administração da justiça e é, por conseguinte, um *órgão* desta administração”.

A realização da Justiça e do Direito neste Estado de Direito, que por tudo e por nada se invoca, exige como condição de boa fé e respeito pelos mais elementares princípios de justiça e equidade o reconhecimento integral do papel do advogado.

Conclusões:

1. Uma advocacia forte e prestigiada é condição do êxito e consolidação de qualquer Reforma da Justiça mas é, sobretudo, essencial na afirmação e consolidação do Estado de Direito.
2. Com o novo regime de Apoio Judiciário andou-se para trás e comprometeu-se o acesso dos mais carenciados à Justiça.
3. O resultado, que hoje constatamos no dia a dia dos nossos escritórios, é a obstaculização aos mais carenciados do recurso aos Tribunais, é – com o actual sistema de Apoio Judiciário – ter-se dificultado ou impedido o acesso dos mais carenciados à Justiça.
4. O actual sistema de Apoio Judiciário impedindo o acesso ao direito e à justiça a cidadãos carenciados viola a Constituição.
5. A informatização em curso na área da justiça – necessária e essencial à reforma da justiça e ao Estado de Direito - na forma acelerada e pouco sensata como tem sido implementada, em que critérios e fins economicistas de curto prazo justificam os meios..., ultrapassou os limites da razoabilidade e sensatez.
6. A par de múltiplas medidas de informatização, puramente demagógicas (umas) e levemente implementadas (outras) estabeleceram-se várias que aliviaram fortemente a máquina judicial (actos de secretaria) e os cofres do Ministério da Justiça à custa da advocacia (notificação obrigatória entre mandatários, autoliquidação da taxa de justiça, etc...).

7. Aceleração processual, informatização da máquina judiciária, redução das despesas e maior disponibilidade de meios humanos, mas não à custa dos advogados e dos cidadãos.

Alvaro Matos